

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-4-2023.

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Claudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pablo Melo e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/23 (Processo nº 0289/23), de autoria do Prefeito; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/23 (Processo nº 0242/23), de autoria de Fernanda Barth; o Projeto de Lei do Legislativo nº 0452/22 (Processo nº 0452/22), de autoria de Felipe Gaspar; o Projeto de Lei do Legislativo nº 109/23 (Processo nº 0234/23), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 137/23 (Processo nº 0252/23), de autoria de Lourdes Sprenger; e o Projeto de Resolução nº 010/23 (Processo nº 0141/23), de autoria de João Bosco Vaz. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 299.00033/2023-38, de autoria de Biga Pereira, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participaria, no dia trinta de março do corrente, do Seminário "Cuidar, Verbo Transitivo – Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil", promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em Brasília – DF. Na oportunidade, por solicitação de Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Paulo de Tarso Sanseverino. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e vinte e cinco minutos às quatorze horas e vinte e oito minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Tiago Albrecht, Lourdes Sprenger, Jessé Sangalli, Mônica Leal, Idenir Cecchim, Fernanda Barth, Moisés Maluco do Bem, Giovani Culau e Coletivo, Alexandre Bobadra e Claudio Janta. Às quinze horas e trinta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por José Freitas, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 132/22 (Processo nº 0255/22), assim como foi aprovado requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada. Foi aprovado Requerimento assinado por José Freitas, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nº 01 e 02, apostas ao Projeto

de Lei do Legislativo nº 132/22. Foram apregoadas as Emendas nºs 02 e 03, assinadas por Roberto Robaina e Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 511/21 (Processo nº 1160/21), e foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando a dispensa de seus envios às Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 04 e 05, assinadas por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 511/21, e foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando a dispensa de seus envios às Comissões Permanentes. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento formulado por Jessé Sangalli, solicitando retirada de priorização do Requerimento nº 039/23 (Processo nº 0140/23). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 066/23 (Processo 0136/23), por vinte e quatro votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22 (Processo nº 0868/22), após ser discutido por Fernanda Barth, Cassiá Carpes, Comandante Nádia e Marcelo Sgarbossa, Tiago Albrecht, Prof. Alex Fraga, Giovanni Culau e Coletivo e Engº Comassetto, Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Márcio Bins Ely, Jonas Reis e Cláudia Araújo. Foram apregoadas as Emendas: nº 01, de autoria de Giovanni Culau e Coletivo e Biga Pereira; e nº 02, de autoria de Fernanda Barth e Cassiá Carpes, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento Verbal, assinado por Fernanda Barth, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22. Após, Giovanni Culau e Coletivo formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei complementar do Executivo nº 022/22. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e cinco minutos às quinze horas e quarenta e oito minutos. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22, de autoria de José Freitas e Alvoni Medina, assim como foi apregoado Requerimento, assinado por Alvoni Medina, solicitando a retirada de sua tramitação. Foi apregoada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22, de autoria de Giovanni Culau e Coletivo e Biga Pereira, assim como foi apregoado Requerimento, assinado por Giovanni Culau e Coletivo, solicitando votação em destaque desta Emenda. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e um minutos às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após, Giovanni Culau e Coletivo formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22. Também, foi apregoada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22, de autoria de Giovanni Culau e Coletivo. Foram retiradas de tramitação as Emendas nºs 01, 03 e 04, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22. Foi aprovada a Emenda nº 02, destacada, aposta ao Projeto de Lei Complementar do

Executivo nº 022/22, por vinte e cinco votos SIM, três votos NÃO e cinco ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, tendo optado pela Abstenção Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 05, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22, por quatorze votos SIM e dezesseis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22, por vinte e dois votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia, Giovanni Culau e Coletivo e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Requerimento nº 066/23 (Processo nº 0274/23). Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando a inclusão na priorização e apreciação imediata do Requerimento nº 070/23 (Proc. nº 0292/23). Foi aprovado o Requerimento nº 070/23 (Processo nº 0292/23). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada, passando-se imediatamente aos Requerimentos nºs 059/23 e 046/23 (Processos nºs 0236/23 e 0172/23, respectivamente). Foi aprovado o Requerimento nº 059/23, por vinte e quatro votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e votado Não Jessé

Sangalli, Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jonas Reis, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada. Foi aprovado o Requerimento nº 046/23 (Processo nº 0172/23). Foi aprovado o Requerimento nº 067/23 (Processo nº 0277/23). Na oportunidade, foi registrada a intenção de Psicóloga Tanise Sabino e Mari Pimentel em terem votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 066/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/22, discutido por Jonas Reis. Na oportunidade, Jessé Sangalli registrou sua intenção em ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 066/23. Às dezessete horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Idenir Cecchim, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o processo SEI nº 299.00033/2023-38, de autoria da Ver.^a Biga Pereira, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no seminário: Cuidar, Verbo Transitivo, Caminhos para a Provisão de Cuidados do Brasil, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em Brasília, Distrito Federal, no dia 30 de março 2023.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do desembargador Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, gaúcho, ministro do Superior Tribunal de Justiça, uma grande pessoa e um grande magistrado. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, venho a esta tribuna para fazer uma singela homenagem à Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul que hoje completa 80 anos. Foi fundada em Porto Alegre, no dia 12 de abril de 1943,

seguindo em atividade até os dias atuais. Sete Mulheres escritoras criaram essa Academia de Letras estritamente feminina: Lydia Moschetti, benemérita e realizadora do Banco de Olhos; Stella Brum; Alzira Freitas Tacques; Aurora Nunes Wagner; Áura Pereira Lemos; Aracy Fróes e Beatriz Regina. A Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul atualmente localiza-se na Rua Sarmiento Leite, 933, no bairro Cidade Baixa, imóvel este da doutora Noemi Valle Rocha, primeira médica a clinicar em Porto Alegre.

Desde sua fundação trabalha ininterruptamente para associar talentos e promover atividades culturais para o reconhecimento da plena cidadania. Acumulou, ao longo do tempo, um acervo significativo de produção literária de suas academias em revistas, livros e coleções que juntamente com o prédio próprio constitui o patrimônio material da academia. Foi declarada de utilidade pública em 1953, e como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 2007, pela Lei n 12.772/2007. A academia compõe-se 40 membros titulares e vitalícios e tem como objetivo contribuir para a valorização cultural e intelectual da mulher; incentivar a pesquisa científica e estimular a criação de obras de caráter literário e artístico; promover atividades culturais para o reconhecimento da plena cidadania da mulher.

Entre 1949 e 1972 as Imortais publicaram uma revista a Ateneia, que era o órgão de divulgação da entidade; com o total de 55 edições esta revista era vendida para o público externo, fazendo circular suas ideias e literatura pela cidade de Porto Alegre, além de outros municípios do Rio Grande do Sul, do Brasil e diversos países da América e Europa. A atual presidente é a arquiteta Marilice Costi e as vices são Zaira Cantarelli e Bernadete Saidelles, a diretora do memorial feminino é a jornalista Teniza Spinelli; todas acadêmicas e escritoras. Ficam aqui os nossos parabéns pelos 80 anos da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul a estas mulheres maravilhosas que aqui estão e seguem esse trabalho, e que nós convidamos para estarem aqui à frente para fazermos uma foto conosco. Muito obrigada e parabéns pelos 80 anos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para os registros fotográficos.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 14h25min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h28min) Estão reabertos os trabalhos. Registramos e agradecemos a presença do Sr. Eduardo Ribeiro, Presidente Nacional do partido NOVO, e do Sr. Fábio Ostermann, vice-presidente de relações institucionais do partido NOVO. Sejam muito bem-vindos. Por uma solicitação do pessoal da comunicação, peço que os assessores não permaneçam, durante todo o tempo, ao lado do vereador, porque o pessoal da comunicação não está conseguindo fazer o registro de fotos dos vereadores que ficam mais atrás, principalmente quando tem a

questão de movimentação no plenário. Então o lugar dos assessores é nas cadeiras atrás, eles podem se deslocar, vir até o vereador, mas não podem virar um cone ao lado do vereador. Então é uma orientação justamente para facilitar o trabalho dos vereadores e também do nosso pessoal da comunicação, por favor. Estamos recebendo a informação que o pessoal da TV está tendo dificuldade de fazer a tomada dos vereadores, o que tem prejudicado muito o trabalho da comunicação.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores e vereadoras, falava há pouco com o Ver. Roberto Robaina, falei com algumas colegas e com alguns colegas que eu recebi uma denúncia muito importante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. É um verdadeiro absurdo, Oliboni, inacreditável, o Santa Marta, que é um posto de saúde tradicional e popular no centro da cidade, no Centro Histórico, ao longo de décadas atendeu, como trabalho especial, os chamados, antigamente, moradores de rua, hoje chamados pessoas em situação de rua. Bem, nas últimas duas semanas, o Santa Marta, obviamente dirigido pelo Município, pelo Executivo Municipal, cortou esse serviço, colocando as pessoas em situação de rua a terem o atendimento normal, o que equivale a não ter, porque a pessoa ali está muito mal vestida, está com cheiro muito ruim, é uma pessoa em situação de rua, ela tem vergonha de ficar na fila com as demais pessoas. E se fica na fila, as pessoas se afastam, é natural. Como é que vai entrar no elevador? Ela não consegue, ela tem vergonha, e se entra, os outros saem. É desumano. E sempre foi um serviço especial, porque eles são especiais, são pessoas em situação de rua, não têm banho, eventualmente estão com cheiro de urina, de fezes. São situações dramáticas, por isso foram sempre atendidos de forma especial, separadamente. Por quê? Porque eles têm vergonha de conviver, repito, com os demais pelas suas vestes, pelo seu cheiro, e os demais não querem conviver com eles pelos mesmos motivos. Elevador, nem pensar. Então é um crime, porque essas pessoas estão ficando sem atendimento. Elas têm escaras por conta da falta de atendimento, isso é muito rápido que acontece. A gente pede aqui, mas com todo o respeito, todo o respeito, à Secretaria da Saúde, ao prefeito municipal, ao vice-prefeito que revejam essa medida do Santa Marta. Tem que modificar isso. Ao longo de décadas funcionou, e muito bem, salvou vidas; agora vai ceifar vidas, porque as pessoas não vão ser atendidas e, infelizmente, podem ir a óbito na rua. Ninguém quer isso, Porto Alegre não merece. Essas pessoas não estão – concluo aqui, Presidente – em situação de rua porque querem. Houve, na vida delas – eu já estudei isso, já trabalhei com essas pessoas –, algo muito forte, muito complicado, muito difícil que as levou a isso. E o poder público, e nós, como sociedade, temos obrigação de prestar-lhes o atendimento adequado e humano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do Sr. Nader Hassan Awad, vereador de Santo Ângelo pelo PSD. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara; a denúncia feita pelo líder do PSOL, Ver. Pedro Ruas, já é suficientemente grave para mobilizar o plenário da Câmara no dia de hoje. Nós estamos presenciando uma discriminação vergonhosa por parte do governo municipal. Esse mesmo governo municipal, é importante que os vereadores e as vereadoras prestem atenção, no dia de ontem, fez um decreto gravíssimo, um decreto que mostra a natureza do regime político que o Sebastião Melo quer impor em Porto Alegre. Ele, se aproveitando da tragédia de Blumenau, essa é a verdade, porque tendo um certo senso de oportunidade, o governo tenta criar uma certa relação. Houve uma tragédia em Blumenau, e essa tragédia teve relação com pessoas que foram, de fora da escola, cometer um crime bárbaro, hediondo, quase que indescritível; pois o prefeito Melo, Ver.^a Karen, tenta, nessa cortina de fumaça, fazer um decreto que ataca a democracia, que ataca a Lei Orgânica do Município e que ataca a Câmara de Vereadores. Vou explicar por quê. O decreto do governo, [Decreto nº 21.941](#), do dia de ontem, prevê que, diante da necessidade de regulamentar o acesso às escolas por cidadãos que integram a comunidade escolar e considerando o resguardo da atividade típica do Poder Legislativo Municipal, o decreto define o seguinte, no seu único artigo: o ingresso de parlamentares, movimentos da juventude e demais entidades nas dependências das escolas da rede municipal de educação com a finalidade – vejam só, o decreto diz que o ingresso de parlamentares, movimentos de juventude e demais entidades – de ministrar aulas ou proferir palestras necessita da análise e da autorização da Secretaria Municipal. O Sebastião Melo acha que nós estamos na ditadura! Na ditadura que funcionava assim; essa sua paixão por integrar o movimento bolsonarista está fazendo com que o Sebastião Melo abandone completamente qualquer natureza democrática do que veio até o MDB, que foi um partido que fez oposição ao regime militar. Imaginem! Os vereadores têm que prestar muita atenção nisso! O Ver. Moisés é do PSDB, um partido que rompeu com o MDB no ano de 1988, criticando-o, porque o MDB estava ficando muito parecido com o PDS, na época, aí surgiu o PSDB, reivindicando bandeiras democráticas; pois bem, Ver. Padeiro e Ver. Moisés, a Secretaria Municipal vai ter que autorizar um parlamentar a ir dar palestras, quando a Lei Orgânica municipal nos garante a participação e a entrada em qualquer órgão público na cidade de Porto Alegre. O que o prefeito Melo está querendo com isso? Está querendo simplesmente barrar a possibilidade de haver um debate democrático na cidade de Porto Alegre ou, quem sabe, o prefeito está pensando que a Secretaria Municipal pode autorizar os vereadores que votam sempre com ele? Eu sei que tem vereadores, inclusive, que dizem: “Ah, não, não é o nosso caso, nós não temos nenhum cargo de confiança no governo Melo, no governo Leite.” O pessoal não tem cargo de confiança, eu sei que tem vereadores que cobram de outros, que são da base do governo, que dizem: “Ah, se tu tens cargo de confiança, tu tens que rezar a cartilha do prefeito o tempo inteiro, concordar o tempo inteiro com o prefeito e votar o tempo inteiro com o

prefeito”. Vai saber, Bosco, se o critério também não será esse para a Secretaria Municipal autorizar que os vereadores possam entrar nas escolas para saber os problemas das escolas, falar com os professores, falar com os alunos, debater os assuntos públicos. Esse decreto é um escândalo; nós, do PSOL, com o PT, o PCdoB, não vamos aceitar um tipo de medida como essa, que é uma tentativa de impor, repito, o método defendido pelo ex-Presidente Bolsonaro. Nós tivemos uma eleição neste País; a maioria do nosso povo disse “não”. A maioria do nosso povo não quer o retorno ao regime típico aos regimes ditatoriais. Por isso que nós, sim, vamos elaborar, inclusive, Presidente Hamilton, é muito importante, um decreto legislativo. A Câmara Municipal não pode aceitar que a Lei Orgânica seja pisoteada, e é isso que foi feito ontem com o decreto do prefeito Sebastião Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em especial também faço a minha saudação ao nosso presidente nacional, Sr. Eduardo Ribeiro, que veio a esta Casa conhecer o nosso trabalho, veio *startar* o processo do NOVO, já visando 2024, nominata de vereadores, discussão também sobre o Paço Municipal; muito obrigado, Eduardo Ribeiro. Também o nosso vice-presidente nacional de relações institucionais, nosso sempre deputado Fábio Ostermann, obrigado por terem vindo a esta Casa para nos dar apoio e também já falarmos sobre o processo eleitoral que se avizinha.

Neste momento, Sr. Presidente, eu venho ocupar o tempo de liderança do NOVO para defender os pobres. Nós, liberais, defendemos os pobres; a gente sabe que há partidos que usam os pobres para defender privilégios, defenderem cargos, defenderem sindicatos. O que venho falar aqui, Sr. Presidente, povo que nos acompanha das galerias, nas redes sociais, não é apenas sobre esquerda ou direita, mas sobre avanço ou retrocesso. Venho falar sobre dignidade humana, é sobre ter o mínimo, que já é oferecido em diversos países, mas que aqui no Brasil, por exemplo em Porto Alegre, apenas 20% da Zona Sul, e agora me falou o Ver. Gilson Padeiro, líder do PSDB, apenas 20% da Zona Sul, líder Cecchim, tem esgoto tratado. Cem milhões de brasileiros não possuem coleta de esgoto e saneamento. Empresas privadas já garantiram R\$ 80 bilhões, em parcerias público-privadas, para tirarem, literalmente, as pessoas da lama, do esgoto. Mas o Presidente da República, num atentado contra os mais pobres, baixa um decreto ilegal tentando revogar o marco do saneamento, que traz dignidade. E o mais engraçado é que o próprio governo do PT, lá atrás, trouxe a lume estudos que indicam que a cada R\$ 1,00, investido em saneamento básico, serão outros R\$ 29 em benefícios sociais aos brasileiros. O próprio SUS também é aliviado na ponta. O Brasil, hoje, ocupa vergonhosamente a 112ª posição no *ranking* de saneamento entre países, num total de 200 países. Porto Alegre caiu seis posições no *ranking* nacional de saneamento; ocupa o 49º lugar entre as cem maiores

idades do País. Na nossa capital, o tratamento feito pelo DMAE é de apenas 52,72%. Estamos falando de mais de 55 anos de cidadãos tendo que conviver com o esgoto a céu aberto, caso a meta do marco de saneamento não seja atingida até 2033 – o que não vai acontecer no ritmo atual de investimentos do DMAE. No Rio de Janeiro, que parceirizou água e esgoto, 248 mil pessoas passaram a receber água encanada e tratada pela primeira vez. O Rio de Janeiro já ampliou a sua rede de distribuição de água em 160 quilômetros. Senhores vereadores e senhoras vereadoras, especialmente agora da base, houve a reunião, ontem, do prefeito; nós precisamos logo votar a concessão do DMAE! Nós, do NOVO, éramos a favor da privatização, transformar o DMAE em uma empresa pública e privatizá-la, pensando no mais pobre, mas o modelo que o prefeito manda de parcerização contempla apelos mais ao centro ao respeito da água. Por isso a água não será privatizada, como dizem as *fake news* da esquerda, o que será feito com o DMAE é uma concessão parcial para o tratamento de esgoto. Apoiar a concessão do DMAE é apoiar que muitos cidadãos finalmente conquistem aquilo que nunca lhes foi dado, a dignidade de ter saneamento básico chegando à sua porta. Não caíam em *fake news*, não caíam em desinformação – para concluir, Sr. Presidente – daqueles que querem manter o porto-alegrense no esgoto a céu aberto, mantendo penduricalhos, alimentando sindicatos e privatizando as estatais para o interesse dos políticos de ocasião. Por isso, Sr. Presidente, o NOVO é a favor da concessão do DMAE. Prefeito Melo, líder Cecchim, tragam para plenário, vamos fazer a concessão pública em prol dos mais pobres. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, falo em nome da bancada, dos vereadores Idenir Cecchim e Pablo Melo. Eu vim a esta tribuna trazer uma informação que está em todos os jornais, que se refere ao Abril Laranja. O que é o Abril Laranja? Em 2006, a sociedade americana criou essa data, durante esse mês, para combater a crueldade animal, e é uma forma de conscientizar esses trágicos acidentes. E sempre frisando que quem maltrata um animal também maltrata humano, isso está comprovado em estudo científico. Então, em 2021, nós tivemos uma ideia de um projeto, que é o projeto POA Pinta Pet, que está em todos os órgãos públicos, 20 estátuas, que foram criadas em parceria com Associação dos Escultores – nós que passamos recursos. Quando se fez o projeto, imaginava-se uma estatueta, mas veio uma estátua. E os artistas convidados vêm desde Zorávia Bettiol, são artistas consagrados, artistas nossos, que fizeram a sua transformação na forma apresentada de gato e cão. E foi muito emocionante, quando eu fui lá visitar, e ver 20 estatuetas em que os profissionais trabalharam, antes de o artista definir aquela obra de arte, houve o serviço dos auxiliares, das pessoas que montaram o molde, das pessoas que fizeram outros trabalhos.

Nós recebemos a lista dos órgãos públicos onde tem cada uma dessas obras para serem visitadas, que ficam até maio e depois retornam ao acervo da Prefeitura. Convido a todos para valorizar a arte, valorizar esse trabalho. Nós tivemos a exposição Call Parade; eu digo que esse é o “animal parade”, que está dando muita divulgação; que bom que as pessoas, ao tomarem conhecimento dessa obra de arte, pensem que o animal deve ser bem tratado, ele tem vida, ele sente fome, sente dor, sente frio, sente calor, dentro das cinco principais citações que se tem para o bem-estar animal.

Então era isso que eu queria dizer. Neste mês ainda de abril, nós temos uma campanha digital pelo bem-estar. Nós fizemos ontem reunião na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, onde participaram entidades, áreas que são envolvidas com animais, de todas as espécies, porque tínhamos representantes da secretaria estadual que trata de animais silvestres, e vamos fazer outros eventos ainda até o final do mês, justamente para tentar conscientizar mais, menos trabalho. Vejam bem, a Prefeitura recebeu 745 pedidos de denúncia, de janeiro até agora, impossível atender tudo. Cada atendimento de verificação e inspeção é dois por manhã, dependendo do local. Então tem esse caso e tem o caso das delegacias amigas dos animais, que recebem muitos boletins de ocorrência, tem Ministério Público, tem ação judicial. É uma gama de envolvimento; as pessoas pensam que são só os animais no resgate. Não, ela é muito mais que isso, tanto que temos uma lei federal que dá reclusão, regime fechado, de dois a cinco anos para os casos de crueldade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu vim falar sobre o decreto do prefeito Melo, que foi enviado, se não me engano, hoje de manhã, e que está sendo alvo de críticas aqui da esquerda. Eu não entendo por que a crítica, primeiro porque eu mesmo, ontem, visitei uma escola pública aqui do Município de Porto Alegre, uma escola especial, acompanhado da diretora, com autorização da Secretaria Municipal de Educação, para justamente entender um pouco mais como se dão a educação inclusiva e a educação especial aqui na cidade de Porto Alegre. Um outro aparte sobre esse tema depois. Mas só para deixar claro aqui, para não parecer que o prefeito é contra a democracia, eu vou ler o decreto, porque, de repente, os vereadores que se indignaram com a questão não leram o decreto, talvez por isso estejam fantasiando que ele pode ser prejudicial para a democracia. Vamos lá (Lê.): “O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, incisos II e IV da Lei Orgânica do Município. Considerando a necessidade de regulamentar o acesso as escolas por cidadãos que não integram a comunidade escolar [todos nós concordamos que nesse momento, especialmente, é importante ter algum tipo de disciplina no acesso à região escolar], considerando o resguardo da atividade típica do Poder Legislativo Municipal [que no caso é também a questão da fiscalização], de fiscalizar o Poder Executivo

Municipal, conforme previsto no art. 31 da Constituição Federal, D E C R E T A: Art. 1º O ingresso de parlamentares, candidatos, movimentos de juventude ligados a partidos políticos, e demais entidades [quaisquer outras entidades] nas dependências das escolas da rede pública municipal de educação com a finalidade de ministrar aulas ou proferir palestras, fica condicionado a análise e autorização da Secretaria Municipal de Educação (SMED).”

Então, se a Secretaria de Educação não tem autoridade de dizer quem pode entrar ou não pode entrar, ou não tem autorização para decidir quem dá palestra ou não, ou no caso contrário, proibir palestras de cunho ideológico dentro da sala de aula, então não tem por que ter Secretaria de Educação. Então, a minha ideia aqui é primeiro parabenizar o prefeito pela coragem de fazer um decreto que limita a atividade político-partidária dentro da sala de aula, que isso acontece, a gente sabe, sim, e, inclusive, ele está respaldado em uma lei que nós aprovamos aqui na Câmara de Vereadores há muito pouco tempo atrás, uma vereadora da oposição fez a lei para liberar o acesso; os vereadores da base fizeram uma emenda, condicionando à aprovação prévia secretaria, sendo aprovado aqui pela Câmara. Então, existe a intenção do Legislativo de deixar entrar, na área escolar, somente aqueles autorizados para tanto. Existe a lei, aprovada aqui pela Câmara, que fala sobre o mesmo texto; agora, um decreto, disciplinado essa questão. Então, se os vereadores quiserem fazer campanha política, eleitoral dentro da sala de aula, acredito que serão proibidos de fazê-lo. Até agora, era só chegar lá, combinar com o professor que era alinhado ideologicamente, cooptar a audiência cativa dos estudantes para se promover politicamente, dentro da sala de aula. Agora, a cidade de Porto Alegre não aceita mais fazer, das crianças do nosso ensino fundamental, público cativo para ser ideologizado dentro da sala de aula. A sala de aula tem que ser um ambiente para aprender português, matemática, ciências e outras disciplinas de interesse da educação, mas não para fazer campanha política para alguns vereadores que daqui saem para fazer palestrinha dentro da sala para se promover politicamente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença da Sra. Mariana Santos, do Sr. Cássio Pedro Francisco e do Sr. Julio Mocellin, diretora legislativa, diretor de tecnologia e técnico legislativo e pregoeiro da Câmara Municipal de Sapucaia do Sul, respectivamente; vieram conhecer o trabalho que a Câmara Municipal de Porto Alegre desenvolve, por meio da Diretoria Legislativa e do Setor de Registro de Pronunciamentos e Anais. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Obrigado.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, vereadores vereadoras, pessoas que nos assistem através da TVCâmara; também aqui no plenário. Eu vinha atentamente escutando a sessão, escutei meu colega, querido amigo Pedro Ruas e Ver. Roberto Robaina, como eles mesmo dizem, nós somos muito amigos e não concordamos com muitas coisas, divergimos, debatemos, sempre de forma

respeitosa. E sou obrigada a utilizar a tribuna para informar aos dois que essa política do posto Santa Marta, que vem por determinação da Secretaria Municipal da Saúde do governo Melo, é nacional. Eu tenho informações, eu sou jornalista, eu checo informações, eu sou ratinho de rádio, de TV, eu pesquiso. Então não cortaram o atendimento; todos os usuários em situação de rua são atendidos junto com os usuários comuns. A política nacional orienta que esses usuários não sejam separados do restante da unidade porque traz um constrangimento para eles se forem separados, então todos são sempre atendidos. Eu tenho certeza que os meus queridos colegas não sabiam disso, por isso fiz questão de utilizar a tribuna para informá-los.

Resolvido esse problema, eu tenho certeza, Ver. Roberto Robaina e Ver. Pedro Ruas, vamos para a chamada – gosto muito de chamadas em jornais – fatos e narrativas. Não é verdade que o governo Melo, na pessoa do prefeito Melo, impediu, através de um decreto, que pessoas façam palestras, entrem nas escolas. O que ocorre é que todos podem entrar nas escolas, desde que informando à Secretaria de Educação. Nada mais normal. Um exemplo, uma escola particular, eu não posso dar uma palestra numa escola, eu tenho que me dirigir à direção, é uma escola particular. Se eu vou fazer isso numa escola do Município, nada mais correto que eu informe à Secretaria Municipal de Educação. Então que fique claro aqui que todas as pessoas podem e devem fazer palestras, seminários, mas precisam informar ao comando, é uma questão de hierarquia, a Secretaria de Educação, se não, fica a casa da mãe Joana – o que nós não queremos. Então eu achei muito importante, penso que é fundamental esclarecer, porque nós temos a TVCâmara, e da forma como foi falado aqui parece que está proibido, que essa é uma política radical. Não. Quem conhece o prefeito Melo sabe que ele é um homem do diálogo, está aberto, desde que devidamente informando ao órgão responsável, à área responsável: a Secretaria de Educação. Tenho certeza que os meus dois colegas entenderam a explicação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, temos uma boa discussão puxada pelo Ver. Robaina. É lógico que o Ver. Robaina falou sobre a ótica dele, ou do partido, ou da esquerda, pois, para eles, todos os locais são motivos para fazer campanha política, campanha ideológica, nunca se preocuparam em educar. Não é educar a intenção deles. A intenção deles é fazer votos. Pior, fazer votos na gurizada, tentar persuadir crianças, e eu diria que, Ver. Jonas, todo mundo quer voto, mas tem que ter regras.

Parabéns, prefeito Melo, pela sua coragem. Esta Câmara de Vereadores o apoia com a grande e esmagadora maioria. Chega! Chega de vereador, candidato a deputado, candidato a qualquer coisa, chegar na sala de aula mancomunado com alguns professores – mancomunados com alguns professores –, para fazer campanha ideológica,

campanha política, campanha de gênero, provocando nós contra eles, campanha de gênero todos nós fizemos, todos nós fizemos, mas não nos aproveitamos da inocência de muitas crianças para fazer esse tipo de abordagem, vão fazer nas vilas onde vocês dizem que defendem, mas, que, na realidade, não defendem não, não defendem. Se vocês olharem os projetos do Presidente Lula, os decretos do Presidente Lula é de pedir água, Ver. Jonas, realmente esse assunto é de pedir água, de tão... Olha é um projeto da esquerda que faz muito tempo que estão fazendo isso, faz muito tempo que fazem isso, mas alguém tem que dizer: Chega! Nós, de Porto Alegre, vamos permitir a discussão, mas nos lugares apropriados; sala de aula é para ensinar, e não é de graça que em Porto Alegre a educação caiu, porque os professores resolveram ideologizar a política educacional. Nós temos muitos professores bons, grandes professores, mas temos muitos deles, Ver. Jonas, que é professor de música... Eu gostaria também de tocar flauta, mas tocar flauta no jogo de futebol no outro dia. V. Exa. tem essa graça de saber tocar flauta doce... Mas estamos aqui para dar um aviso: cada vez que um ente político, eleito pela população de Porto Alegre, for fazer esse tipo de abordagem em escolas será denunciado, porque isso é crime contra as crianças de Porto Alegre. Vocês não vão mais fazer isso! Tem decreto para regulamentar; nós vamos ficar aqui de prontidão para cuidar desse absurdo que a maioria da esquerda está fazendo obrigado. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Então, meus caros colegas vereadores que tornam esse plenário assim tão aquecido, quem nos assiste em casa, antes de entrar no tema polêmico provocado pelo Ver. Robaina, que senta ao meu lado, na mesa mais plural dessa Câmara de Vereadores, eu gostaria de agradecer ao prefeito Melo por ter sancionado, hoje pela manhã, o projeto de fiação subterrânea de Porto Alegre, que é um projeto de médio e longo prazo, mas é um projeto que promete impactar a cidade de uma forma muito positiva, tanto na questão do meio ambiente, onde mais de 1,3 milhão de árvores que nós temos plantadas em vias públicas não vão mais precisar sofrer aquela poda bizarra, que as deixam todas abertas, frágeis, doentes. A gente vai poder ter árvores frondosas, bonitas; vai acabar com o roubo dos fios; não vai mais faltar luz, cada vez que tem um temporal com vento forte. Enfim, a gente vai ter muito ganho para a população e um ganho estético tremendo para a cidade. Muito obrigada a todos os vereadores que votaram unanimemente; foi uma provação simbólica, mas ninguém se colocou contra o projeto. É um projeto que vai dar um *upgrade* na cidade de Porto Alegre. A cidade que recebe o South Summit não pode mais ter quilos e quilos de fios empilhados em postes em todas as esquinas.

Sobre a questão do decreto do prefeito Melo, vereador, é algo que nós vínhamos há algum tempo pedindo algum tipo de medida ao prefeito. Eu lhe confesso, desde que eu fui presidente da Comissão de Educação, ano passado, na CECE, nós já

vínhamos nos defrontando com a presença massiva de vereadores de esquerda dentro das escolas, que vocês podem achar muito oportuno, por óbvio, e a dificuldade de qualquer outro vereador de acessar a esses mesmos espaços. E em diversas vezes houve reclamação para a secretária de Educação, e ela dizia: não, mas foi o grêmio estudantil que levou, a direção não tem nada a ver, a escola não tem nada a ver, ninguém pode fazer nada, isso é ação dos estudantes. Bom, então a gente precisa ter uma normatização disso. Se eu quiser palestrar numa escola, eu vou submeter a minha solicitação, que vai ser aprovada ou não, dependendo do tema que eu vou abordar, talvez. Mas se eu quiser falar sobre temas que não condizem com o que a escola está ensinando ou que tem um viés totalmente diferente daquilo que vem sendo ensinado, eu acho mais do que correto que eu não possa entrar na escola para fazer uma palestra; ou, ao contrário, que eu seja bem-vinda. Agora tem que ter o mesmo peso e a mesma medida para todos. Não pode professores que simpatizam com a esquerda ter portas escancaradas para os vereadores que os representam e fechadas na cara de vereadoras como eu, como a Comandante Nádia, como a Ver.^a Mari Pimentel que, inclusive já sofreu por causa dessa questão das visitas dela nas escolas, áudios do Ver. Jonas, dizendo que tinham que dar voz de prisão para a Ver.^a Mari, se ela fosse nas escolas. Coisas absurdas. Democracia é espaço para os dois lados. Democracia é saber ouvir e conviver com o divergente. Democracia é respeito ao político, mesmo quando pensa diferente. E é isso que nós queremos: um ambiente democrático.

Termino a minha fala dizendo, há uns 10 anos, mais ou menos, as escolas tiveram um evento conjugado de ocupação, eu nunca vou esquecer disso: as escolas no Rio Grande do Sul, principalmente na capital, foram ocupadas. Nas portas das escolas haviam representantes do PSOL, distribuindo panfletos para os alunos ensinando como ocupar sua escola. Eu tenho *print*, eu tenho foto até hoje desse folheto; é esse tipo de ação ensinando os alunos a ocuparem as escolas. A Ver.^a Mari mostrou um trecho de uma fala de uma vereadora que não está mais na Casa hoje, constrangendo os alunos com uma fala sobre raça, tipo, dando a entender que todas as crianças brancas deveriam se sentir culpadas por serem brancas. Essa fala já deu muita polemica. Mas é esse tipo de coisa que nós temos que coibir; é aberto, é aberto para todo mundo, é fechado, que se tem a critérios então. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde a todos que nos acompanham nesta tarde aqui. Quero agradecer, em primeiro lugar, o líder da bancada, Ver. Gilson Padeiro, eu pedi para subir nesta tribuna por um motivo muito prático e objetivo, Ver. Tiago. Eu estou nesta Casa oriundo do terceiro setor; a Malucos do Bem nasceu, na década de 1990, através de um projeto chamado “Cara limpa, o mundo sem drogas”. Nós íamos junto com o escritor Caho Lopes, o autor do livro Ala fechada, que era o idealizador do projeto, em várias escolas, inúmeros escolas dar palestra sobre a

questão de drogas, de gravidez precoce, da AIDS, do voto aos 16 anos, com 43 voluntários que faziam isso no Estado do Rio Grande do Sul. E me causa estranheza aqui, na tarde de hoje, que alguns venham questionar o decreto ou o regramento de que a Secretaria de Educação tenha que autorizar, porque todas as palestras, Ver. Tiago, que nós fazíamos, nós pedíamos autorização muito antes de estar em pauta isso ou o decreto, nós fazemos o pedido de autorização para Secretaria, para Coordenadoria da Educação, quando era em outro município, em outra região, e nós falávamos com direção da escola. E eu quero de público aqui dizer que, após a minha chegada nesta Casa, nós tivemos um cuidado. Eu não vou mais a escolas palestrar sobre pautas que tangem à política ou questões ideológicas, não falamos mais de votos aos 16 anos e, quando a Malucos do Bem vai a alguma escola, vão outros palestrantes, quando a pauta é a questão ainda de combate às drogas, etc., que a gente pode participar coletivamente, a gente sequer se identifica nominalmente. É um trabalho coletivo que nós temos todo o cuidado de não misturar. Em todos os lugares que eu tenho ido eu tenho priorizado, fora de Porto Alegre, minha área de atuação, mas isso é uma questão íntima, de ética. Eu não me sentiria à vontade porque eu tenho certeza de que eu seria interpretado de uma maneira equivocada; talvez os pais as crianças não iriam gostar. Então a Malucos do Bem continua fazendo isso com outros voluntários, com outras pessoas, cabendo a mim apenas buscar, dar luz a esse trabalho que é muito bem feito por várias instituições. Me causa estranheza que alguns achem ruim, porque, se a pessoa vai fazer uma palestra... Eu não estou criticando que outros colegas façam essas palestras, essas visitas, quem não deve, não teme, meus amigos. Se as palestras são de temas que não têm nenhuma – vamos dizer assim – influência na formação de quem vai receber essa informação, não tem por que não solicitar autorização a quem deve, de direito, cuidar da formação, da aplicação da grade curricular e da formação das nossas crianças que são, na verdade, a maneira mais correta de nós, como mulheres e homens públicos, termos um futuro decente neste País, cuidando dos alunos, das crianças que estão em período de formação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sr. Presidente, hoje é um daqueles dias que nós chegamos na tribuna com um certo aperto no peito, porque eu acho que todos e todas nós, pelas manifestações que houve ao longo do dia de hoje e também nas últimas sessões desta Casa, têm grande preocupação com o que tem acontecido nas escolas brasileiras. Hoje pela manhã, mais uma notícia tratava sobre um ataque evitado. Nós tivemos um jovem de 14 anos apreendido, que planejava mais um ataque em escolas no litoral norte do Rio Grande do Sul. Junto a ele se encontrou um conjunto de símbolos e objetos de conteúdo nazifascista. Eu falo sobre isso, porque esse é um tema que o Brasil tem discutido, e a nossa cidade, nos últimos dias, no seu ambiente escolar, vive uma situação de pavor, é isso o que as nossas escolas têm vivido. Eu

confesso para vocês que, muitas vezes, a gente tem feito esse debate colocando pouco no centro a necessidade de políticas públicas baseadas em evidências. Eu digo isso para fazer um primeiro apelo aos vereadores da oposição, aos vereadores independentes e aos vereadores da base: nós precisamos parar de repercutir imagens e vídeos, porque isso causa uma sensação de vitória para quem produz esses ataques. A gente tem discutido na cidade sobre botão de segurança, se falado muito sobre o tema das forças de segurança nas escolas, acho que nós temos que discutir tudo isso, encontrar o caminho adequado, mas eu acho que a gente tem debatido pouco as motivações que levam a essa situação. A gente precisa discutir mais as redes de ódio, a atuação dessas redes no ambiente virtual, nós precisamos falar mais sobre inteligência, para evitar que isso aconteça, para que botão algum seja acionado, e nós precisamos falar mais de saúde mental. Dito tudo isso, eu queria dialogar com a provocação feita pelo vereador líder da oposição, Roberto Robaina, porque eu acho que a primeira coisa que precisa ser dita é que o momento desse decreto é extremamente inadequado, porque, quando a sociedade está falando sobre segurança das escolas, vem um decreto como esse, em que se pretende falar sobre o acesso às escolas de cidadãos que não integram a comunidade escolar. Acontece que isso aqui nada tem a ver com a segurança nas escolas! Então se confunde o debate, se confunde um debate muito importante para Porto Alegre e para o Brasil, e eu considero que isso pode ser uma grave irresponsabilidade. Alguns vereadores aqui provocaram uma discussão de que quem se posiciona contrariamente ao decreto tem um viés ideológico, mas eu quero dizer que tem grande viés ideológico esse decreto, esse decreto possui grande viés ideológico; e o que comprova isso foram as manifestações feitas por colegas meus, vereadores e vereadoras, que colocaram como alvo do decreto a esquerda. Vocês ouviram, assim como eu, as manifestações que me antecederam e colocaram como alvo do decreto a esquerda. Então vocês explicitaram o conteúdo político ideológico desse decreto, que é o mesmo conteúdo que produziu no Brasil uma aberração, que foi o novo ensino médio, que nós estamos lutando para revogar, porque ele tira da escola pública o debate de filosofia e sociologia, justamente porque não se quer que o estudante na escola pública possa pensar. Esse é o debate de fato que nós estamos fazendo aqui, esse decreto eu acho que corre risco de ilegalidade, porque ele é uma ameaça à organização estudantil. Existe lei de deputados do MDB – lei sancionada por Sarney – que garante, assegura a livre organização estudantil. Como assim entidades não podem entrar? Para além da ilegalidade, a arbitrariedade que esse decreto pode cometer; empresários poderão entrar nas escolas para falar de empreendedorismo; poderão? Sim ou não? O decreto não fala sobre isso, o decreto não fala sobre isso. Para concluir, Presidente, essa é a exposição da arbitrariedade. E eu quero dizer que se a educação em Porto Alegre teve redução nos seus índices de qualidade, quem precisa responder sobre isso são os grupos que hoje estão na Prefeitura, porque foi no governo de vocês que os índices do IDEB em Porto Alegre caíram. Mas nós vamos seguir na luta por uma escola que seja um ambiente crítico de debate, uma escola cidadã, que aqui se formem cidadãos que tenham condições de pensar com liberdade, e nós não vamos abrir mão dessa luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu só quero relembrar que esta Casa votou o PLL nº 495/21, e na Emenda nº 01 está previsto o prazo de 15 dias de antecedência para que um político possa entrar numa escola. Então, esta Casa aprovou o que agora o prefeito está decretando. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pessoal, esse vídeo mostra professores de São Leopoldo discutindo temas junto com os seus alunos. Notem que quando fala amor, eles falam em ódio; quando fala em democracia, é ditadura; quando fala em liberdade é prisão ilegal; e quando fala em igualdade é segregação. Então é uma disputa retórica. Temos que investigar essa escola em São Leopoldo urgentemente. Eu estou trazendo fatos para vocês, aqui. Fatos! O comunismo é tão ruim quanto o nazismo. O Mussolini era comunista e nazista. São irmãos gêmeos. Eu não estou vendo aqui a oposição; a oposição saiu, o Partido Comunista, o PSOL, o PT. Vamos colocar, agora, por gentileza, o vídeo de Caxias do Sul, da professora de Caxias do Sul, por gentileza.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Presidente, para finalizar, eu só queria mostrar para vocês que contra os fatos não há argumentos. É por isso que nós somos favoráveis a esse decreto, nós temos que priorizar o ensino dentro das escolas. Não à ideologia! Escola sem partido. Nós temos que proteger os nossos pequenos. Parabéns ao Poder Executivo, e tem todo o nosso apoio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas desta Casa, público que nos assiste pela TV Câmara, redes sociais e a nossa Rádio Câmara. O decreto que o prefeito fez na cidade de Porto Alegre é um decreto que vem na necessidade da cidade de Porto Alegre. Independente do Ver. Moisés Barboza, que abriu mão de ir nas escolas, eu tenho ido em escolas do Município, do Estado, tenho ido em comunidades,

tenho ido em universidades falar sobre política pública. Eu não vou lá falar do Solidariedade. Eu não vou falar lá de projetos do governo, da oposição. Eu vou lá falar de políticas públicas que surgiram sobre a necessidade da população de ter acesso a essas políticas, necessidades que vêm desde que foram libertados os escravos. Aí começaram a surgir as necessidades, que eram pequenas e que já existiam, mas começaram a aumentar.

Eu tenho muito ido falar nas escolas sobre inclusão, empatia, sobre as crianças autistas, com síndrome de Down, crianças com deficiência, da necessidade dessas crianças serem incluídas, de fato, na escola. Tenho feito isso em várias escolas. Só que, para eu fazer isso, eu mando para a direção da escola, mando para a secretaria, mando para direção da universidade, eu não vejo objeção nenhuma de um vereador ir a uma escola falar sobre políticas públicas, falar sobre temas importantes para a formação do cidadão. Não vejo dificuldade nenhuma. Isso está regrado, está à disposição dos pares desta Casa, para fazerem isso.

Eu iniciei a minha vida política, pode-se dizer assim, em grêmio estudantil, depois fui da União Metropolitana de Estudantes, da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – UGES, depois fui da UEE, e iniciei a minha atividade política no movimento estudantil. E nós, como representantes do movimento estudantil, tínhamos acesso às escolas, eu acredito que nada disso está sendo negado. Agora, ninguém virá aqui na Câmara de Vereadores, Sr. Presidente, usar esse púlpito para falar se não tiver autorização. Nós temos que encaminhar para Mesa Diretora autorização para as pessoas usarem esse púlpito para falar, para usarem o Grande Expediente, para usarem os momentos que esta Casa abre para a população de Porto Alegre. O que o decreto fala é isso, que a escola continua aberta, a escola continua à disposição das pessoas, só que a Mesa Diretora, que não é a Mesa Diretora da Câmara, Ver. Pedro Ruas, é a Secretaria de Educação, é a responsável. Se der algum problema numa escola, é a secretaria que vai responder, aí nós vamos estar usando esta tribuna para dizer que não houve um controle da Secretaria de Educação. Eu vi, a semana inteira, os pares usando esta tribuna, exigindo critérios nas escolas, exigindo critérios de acessibilidade nas escolas, e o que nós estamos fazendo é isso, através de um decreto, não proíbe ninguém de ir numa escola, agora, tem que pedir autorização para quem coordena a escola. Volto a usar o exemplo do nosso púlpito aqui: o nosso púlpito é público, só que a pessoa tem que se encaminhar à Mesa Diretora da Casa para pedir para usar, e é isso que nós estamos dizendo. Então, é o papel da oposição, numa gota d'água, fazer uma tempestade, é o papel da oposição, agora, o decreto não vem para proibir ninguém de ter acesso às escolas de Porto Alegre, ele vem simplesmente regradar esse acesso. Então eu acredito que quem está indo nas escolas dentro do estado democrático de direito, levando conhecimento para as crianças, não irá se importar em encaminhar, em fazer esse pedido à direção da escola e à Secretaria Municipal de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h37min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 132/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 132/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLCE nº 022/22 seja discutido e votado em segundo lugar. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Gostaria de requerer que a Emenda nº 02 ao PLCE nº 022/22 seja votada em destaque.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 02 ao PLL nº 132/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Pedro Ruas e do José Freitas, ao PLL nº 511/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 02 e 03 ao PLL nº 511/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 04 e 05, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLL nº 511/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio das

Emendas nºs 04 e 05 ao PLL nº 511/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de priorização do Requerimento nº 039/23, sendo novamente priorizado na 030ª Sessão Ordinária. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0136/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/23, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Valéria Leopoldino. (SEI 197.00041/2023-03)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 066/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 066/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apegoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Giovani Culau e Coletivo e Biga Pereira, ao PLCE nº 022/22.

Apegoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Fernanda Barth e Cassiá Carpes, ao PLCE nº 022/22.

Apegoo requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 ao PLCE nº 022/22.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de Emenda de nº 01, de autoria da bancada do PCdoB,

porque nós estamos protocolando uma outra emenda mais adequada ao projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h45min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h48min) Estão reabertos os trabalhos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0868/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO N° 022/22, que inclui o art. 82-B na Lei Complementar n° 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para a concessão do IPTU Sustentável, mediante o cumprimento de critérios de sustentabilidade. **(SEI 118.00527/2022-21)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-04-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE n° 022/22](#). (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Fico muito feliz de poder discutir um projeto como este, vindo de Executivo, é o projeto n° 11, que a gente trata hoje, fala de sustentabilidade, de IPTU verde, um tema que a gente já queria ter tratado há muito tempo. Vem ao encontro do que está sendo feito no mundo inteiro, de mais moderno. Fala em captação de água de chuva, fala em energia sustentável, fala em fiação subterrânea, que foi o projeto que a gente sancionou hoje de manhã, e dá uma série de benefícios para aqueles que queiram, desde já, construir olhando para o futuro, olhando

para frente, cuidando da qualidade de vida, do meio ambiente, do impacto na cidade. Eu acredito que um projeto como este passa por unanimidade nesta Câmara de Vereadores, e o meu sonho é ver uma cidade totalmente feita dessa forma daqui para frente. A gente sabe que é sonho, porque é caro, é caro construir dessa forma. Essas tecnologias ainda são inacessíveis para grande parte da população. Eu tenho certeza de que, se um dia a gente conseguir fazer uma política pública federal, estadual, municipal em que todas as pessoas que queiram converter suas residências para serem sustentáveis, para serem residências verdes, possam ter aí desconto de IPTU – em caso de comércio, desconto de ISS –, muitas pessoas fariam. Mas é caro, ainda é muito caro. Então tudo que a gente conseguir nesse sentido, para incentivar esse tipo de ação, a gente tem que aprovar aqui na Câmara de Vereadores. Hoje de manhã, aproveitando para falar com o prefeito Melo, ele mais uma vez tocou no assunto de que estão sendo feitas uma parceria e uma compra para que todas as escolas municipais e os prédios públicos passem a ter energia sustentável. Nós vamos ver aí os telhados das escolas, todos com telhas de captação solar, a energia eólica também é válida, tem alguns equipamentos que misturam energia eólica e captação solar no mesmo equipamento. A cada dia que passa, a gente vê nas redes sociais esse tipo de equipamento com preços mais acessíveis; enfim, é a cidade que nós queremos ver daqui para frente. É uma cidade na qual o impacto ambiental é minimizado, é uma cidade mais bonita, é uma cidade mais consciente, que passe o IPTU verde, que passe o IPTU Sustentável por unanimidade nesta Câmara hoje. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, vereadores, vereadoras, esta emenda, como já falou aqui a minha colega Barth, fizemos a um projeto interessante, para entender aqui a raciocínio da lógica, Ver. Cecchim. Dois vereadores de partidos diferentes, eu de um partido, a Barth de outro partido, de uma hora para outra, entendemos que o projeto era muito bom e que nós poderíamos fazer esse projeto em conjunto. Isso mostrou solidariedade, mostrou companheirismo de categoria, porque a política, por natureza, é muito ciumenta, seja homem ou mulher, nós temos que ser sinceros, político é ciumento por natureza. Às vezes a gente faz o projeto dessa natureza com outro partido e não consegue fazer com os colegas de partido, infelizmente essa é a má política. Nesse sentido, isso vai fazer Porto Alegre futuramente dar um passo adiante, porque, às vezes, as pessoas não notam, a única parte da cidade que tem a fiação subterrânea é o Centro da cidade. E nós, com esse projeto, já amparamos ali o projeto do Ferronato, que tinha, antigamente, um projeto bom, mas nunca saiu do papel. Agora me parece que a consciência é outra, todo mundo quer se ajudar, a cidade não suporta mais essa fiação aérea pegando árvores, prejudicando o cidadão, cortando luz, enfim. O prefeito se conscientizou de que é o momento exato para nós começarmos. “Ah, vai demorar.” Tem que demorar, as coisas não são da noite para o dia, mas elas têm que

acontecer. O que o cidadão está nos ouvindo do outro lado? Primeiro se faz a lei, nós fizemos; segundo, se manda para o prefeito para sancionar a lei – ele sancionou hoje de manhã, aí depois ele tem que regulamentar a lei. O que existe no Brasil são milhares de leis sem regulamentação. Isso é importante que o cidadão lá da ponta saiba. E nós queremos dar um passo, aproveitando esse projeto de isenção do IPTU verde, que já venha, através dessas novas moradias ou conceitos ou condomínios, já venha a atuação de começar em Porto Alegre essa fiação subterrânea e outros. Fica bem aberto, porque quem regulamenta é o Executivo. Consequentemente, o Executivo tem que dar um passo adiante, e nós estamos fazendo essa lei com o apoio de vocês, foi assim que nós aqui aprovamos essa lei, é aqui que nós vamos colocar essa emenda, para já começar em Porto Alegre a fiação subterrânea, um passo à frente, porque muitas cidades estão fazendo no Brasil. Pedimos a compreensão de todos os vereadores, independente de partido, para que nós possamos dar um passo à frente nessas fiações subterrâneas de energia elétrica, de fibra ótica, enfim, de tudo aquilo que está aéreo na nossa cidade, prejudicando o cidadão: às vezes, faltando luz; às vezes, árvore caindo e matando pessoas, infelizmente. É nesse sentido que nós queremos começar esse projeto em Porto Alegre com apoio de todos os vereadores. Sentimos hoje que a repercussão é muito boa, porque o cidadão não aguenta mais a situação da quantidade de fios na cidade. Obrigado, Presidente. Peço, portanto, o apoio de todos, independente de partido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Hamilton Sossmeier, boa tarde; boa tarde aos colegas vereadores, ao público que está presente aqui na Câmara e também àqueles que nos acompanham pela TVCâmara; quero, primeiro, parabenizar os vereadores Fernanda Barth e Cássia Carpes por hoje terem, juntamente com o prefeito, sancionado essa lei tão importante, uma lei que fala sobre colocar subterraneamente fios. Isso diz respeito muito proximamente à sustentabilidade, ao meio ambiente, à conservação de vias, de calçadas, do espaço aéreo, inclusive, da copa de árvores. Eu tenho que parabenizar os dois colegas, que também agora colocam esta emenda que disciplina aqueles que desejam ter a dispensa, a concessão do IPTU Sustentável, esse IPTU verde, fazendo com que o cabeamento, a partir desse projeto, seja também subterrâneo, ou seja, estamos casando uma coisa com a outra, falando sobre sustentabilidade, com o IPTU verde, com telhados verdes, com paredes verdes, mas aqueles que assim desejarem fazer, que apresentem um projeto um pouquinho mais completo, fazendo com que todo o cabeamento seja subterrâneo. Eu fico feliz de estar votando um projeto do Executivo que fala sobre meio ambiente, que diz aquilo que eu quero, que fala sobre aquilo que eu defendo: sustentabilidade, meio ambiente. IPTU verde: todos serão beneficiados, não apenas aqueles que terão seus telhados ou as laterais dos edifícios verdes, mas também as pessoas que ali moram e, mais do que isso, todo o

porto-alegrense será beneficiado, assim como o serão aqueles que logo em breve terão esgoto tratado, que terão água potável nas suas residências, que é um direito de todo cidadão e hoje, infelizmente, principalmente aqueles que estão nas áreas mais vulneráveis, nem todos têm água potável, não têm esgoto tratado. Nós sabemos Ver. Gilson, que no Extremo-Sul, que o senhor tão bem trata, as pessoas também querem ter sustentabilidade, meio ambiente preservado, mas querem tomar uma água boa, querem ter o tratamento do esgoto na frente da sua casa, que muitas vezes corre a céu aberto. Essa é a discussão que nós vamos fazer inclusive hoje à noite, às 19h30min, quando o Bernardo Santoro virá aqui fazer uma palestra, e tenho certeza que todos os vereadores virão, porque ele vai falar sobre o que aconteceu no Rio de Janeiro, sobre algumas pessoas resistentes, mas da felicidade da maioria que entendeu que a concessão, que a parcerização... É isso que o Executivo está fazendo aqui: parcerizando e dizendo para o privado: “Vem comigo! Faz o teu telhado verde; vem comigo, me ajuda na sustentabilidade que, em contrapartida, tu terás o teu IPTU diferenciado”. Assim será no DMAE, num breve momento, se Deus quiser, se os vereadores assim entenderem. Por isso, para esse projeto é “sim”, e a emenda que foi destacada também será “sim”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Boa tarde a todos e a todas. O prefeito Melo cai em contradição a todo momento, e não precisa, Prof. Alex, ir muito longe. No Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, está sendo, neste momento, retirada a parte de grama e está sendo asfaltado. Nós, em pleno 2023, decretando emergência climática em vários lugares do mundo, e o prefeito autoriza, dentro de um parque, mais uma onda de calor, mais uma ilha de calor. Então, nós aqui somos a favor dos projetos que diminuem o calor na cidade, que trazem sustentabilidade, mas nós temos que cuidar com esse vai e vem e esse jogar para todos os lados.

Eu percebi aqui que o Ver. Cassiá Carpes e a Ver.^a Comandante Nádia falaram do projeto, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth e do Ver. Cassiá, sobre o cabeamento subterrâneo. Vereadores, esse projeto foi apresentado pelo nosso mandato em 2013, votado e rejeitado nesta Câmara Municipal. Em 2016, ele foi reapresentado e foi rejeitado por esta Câmara Municipal. A Ver.^a Neuza Canabarro nos procurou, quando apresentamos a primeira vez o projeto, e disse: “Olha, Ver. Sgarbossa, esse projeto é meu.” Realmente ela tinha uma lei, nós fizemos a pesquisa e não encontramos, não foi má-fé, tanto que nós mudamos o projeto para adequar à lei, que agora a Ver.^a Fernanda Barth e o Ver. Cassiá, com a sua lei, acabaram revogando a lei lá da Ver.^a Neuza Canabarro, que, se não me engano, é de 2002. Eu posso listar aqui outros projetos que nós apresentamos, Ver.^a Biga, que foram rejeitados neste plenário e, depois, foram implementados: os *parklets*, um projeto nosso construído com o Executivo que foi

rejeitado e, depois, se tornou realidade; o fechamento da Av. Edvaldo Pereira Paiva, um decreto do então prefeito Olívio Dutra, de 1989, que foi rejeitado nesta Câmara e que hoje é uma realidade; as faixas exclusivas de corredores de ônibus na Av. Ipiranga foram rejeitadas aqui, nossa indicação – foi uma indicação –, e hoje existem as faixas exclusivas de ônibus na Av. Ipiranga. Surpreendi-me quando entrei aqui, em fevereiro, e encontrei uma capela, que antes era uma capela cristã católica, com símbolos religiosos católicos e cristãos, agora é um espaço multirreligioso, aqui no primeiro andar, que era, Presidente Hamilton, uma sugestão do nosso mandato e que agora virou regra. Eu não estou aqui para dizer: “Olha como eu tinha razão.” Não é isso, né?! Mas eu não queria pegar esses projetos que agora viraram lei, ir olhar quem votou contra e quem votou a favor e fazer essa pergunta constrangedora: “Colega, por que você votou contra o meu projeto, mas pela autoria, agora, o senhor votou a favor?” Ver. Mauro Pinheiro, é constrangedor. O mesmo projeto, que estabelece a mesma questão, se é de autoria de um vereador da oposição eu sou contra, mas se é de um vereador do governo ou amigo do governo, eu sou a favor. Então, não farei isso. Está tudo registrado aqui. Não farei isso. Talvez eu tenha cometido o mesmo erro, mas eu acho que esse veto de autoria não é saudável para a Câmara Municipal e não é saudável para a dignidade que devemos ter enquanto parlamentares, homens e mulheres desta Casa. Somos a favor dos projetos que trazem maior conforto térmico, acústico, Ver. Cassiá, para a nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Não vou nem contestar o Ver. Sgarbossa, mas quero dizer a ele que nem eu e nem a Ver.^a Fernanda Barth éramos vereadores aqui na época que o amigo colocou. Quem sabe o senhor atacava diferente de nós, faltava alguma coisa. Mas quero deixar bem claro: não éramos vereadores aqui. Eu era deputado naquela época. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, nobres parlamentares, eu gostaria de discutir essa matéria que visa incentivar a sustentabilidade, eu acho que isso é meritório, mas acho que veio faltando alguma coisa, ou veio faltando o essencial, que são os critérios para essas concessões. Este projeto visa conceder isenção de até 10% do IPTU para imóveis, valor global de R\$ 1 milhão, *etc.* A forma, porém – apesar, repito que pode ser um assunto, e é de fato um assunto que esta Casa tem que se debruçar –, como foi enviado pelo Executivo, Ver.^a Karen, não nos deixa confortável em votar “sim”. O texto determina que os critérios de sustentabilidade serão fixados pelo Poder Executivo via decreto – o que, a nosso juízo, abre uma margem muito grande de discricionariedade para o prefeito. Nós entendemos que é esta Casa que precisa definir os critérios, porque fala de orçamento, porque fala de dinheiro público. Quais são os critérios de boas práticas? Sabemos que tecnologias para geração e utilização de energias

renováveis, por exemplo, demandam importantes investimentos, custam caro. Será que os mais pobres, os mais periféricos vão conseguir se inserir? Será que não há o perigo, e ano que vem muda talvez o prefeito ou segue o mesmo, enfim, mas será que um próximo prefeito ou prefeita não vai mudar os critérios por decreto e ficar ainda mais inviável para a população mais carente? O que nos preocupa são esses critérios que podem acabar beneficiando somente a população de maior poder aquisitivo, e essa isenção, esse incentivo à sustentabilidade precisa ser estendido a todo o Município de Porto Alegre. A gente, de ofício, como liberal, Ver. Prof. Alex, defende, em vez da renúncia fiscal, a redução dos impostos, mas, se há o incentivo para a sustentabilidade e há o incentivo para um abate, para um alívio, Ver. Cassiá, no bolso do contribuinte, nós estamos dentro. Só nos parece faltar os critérios que, aliás, foram definidos no Decreto nº 21.789, de 19 de dezembro de 2022, onde o prefeito traz os critérios, e nos parece importante que esses critérios devam estar no projeto de lei. Parece que está saindo uma emenda neste momento, estamos aguardando a emenda que será protocolada. Com a emenda embutida no texto da lei, nos parece que é possível votar “sim” – Emenda nº 02 –, porque essa emenda vai disciplinar exatamente as concessões a serem feitas e quem vai poder estar nisso. Já há o decreto do prefeito – alô, base do governo –, com esses critérios vindo para dentro do projeto de lei a ser votado por esta colenda Câmara Municipal, aí nós, do NOVO, conseguimos votar “sim”. Então, tivessem vindo os critérios na lei, era mais fácil. É o Parlamento quem vota, quem debate, quem institui, quem representa a população de Porto Alegre na democracia representativa, 36 vereadores e vereadoras. Por isso, o nosso voto, neste momento, é “não” ao projeto, mas, vindo os critérios, essa emenda sendo impetrada e passando para dentro do projeto com critérios claros, o NOVO vai votar “sim”, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna mais para exteriorizar aos demais membros desta Casa Legislativa o meu sentimento, eu estou com o coração bastante dividido. Como professor de biologia, estudei, durante a academia, ciências biológicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, desde então, tenho militado por um ambiente saudável e equilibrado. Vejo que Porto Alegre tem muito orgulho de algumas coisas que me são bastante estranhas, encher a boca, por exemplo, para enaltecer a importância que a construção civil tem na economia da cidade. É justamente a construção civil que ameaça os ambientes naturais. A exploração do espaço urbano, construções desenfreadas, pavimentação indiscriminada de vias, supressão de espécies arbóreas, ameaças à flora e à fauna. Isso me deixa muito assustado, porque o orgulho de Porto Alegre é um mar de concreto, vidro e asfalto. Estamos discutindo um projeto que tende a buscar uma minimização dos impactos nocivos que a própria construção civil indiscriminada traz à nossa cidade,

concedendo redução de imposto. *O.k.*, é um passo que podemos dar para tentar diminuir os efeitos nocivos desse tipo de prática, eu acho que é um passo importante, mas o que amplia ainda mais a minha angústia neste momento é pensar que a maioria das iniciativas que vão decorrer de um abatimento do imposto, custam muito dinheiro. A instalação de placas fotovoltaicas não é acessível para a maioria da população de Porto Alegre, não é acessível. O pessoal da periferia não tem como gastar R\$ 15 mil num sistema de geração de energia solar. Não tem, muitas vezes, como construir cisternas para captação de água da chuva e diminuir o uso desse recurso, que é um bem finito água potável de qualidade, mas eu acho que é uma iniciativa que precisa ser aprovada, precisa, mas eu fico com coração partido e o coração dividido, porque as pessoas que não têm condições de implementar essas modificações, porque não tem espaço e porque não tem recursos, pois vivem em condições subumanas, não serão abarcadas por essa lei, não serão. Isso é a maior parte do cidadão e cidadã de Porto Alegre. Ver. Tiago, que me antecedeu, fez um discurso bom, adequado com a sua linha ideológica, falou que é a favor de reduzir impostos. Ver. Thiago, eu entendo a sua perspectiva, gostaria que o senhor entendesse a minha, porque, quando eu entrei aqui em 2015, a prática que me deixava mais envergonhado nessa Casa Legislativa eram projetos de lei para beneficiar construtoras, projetos de lei encomendados. Vereadores e vereadoras, um ex-Presidente era o campeão nesse tipo de proposição, traziam a esta Casa Legislativa o aumento de índices construtivos porque as empreiteiras compravam fazendas, sítios, ambientes de baixa ocupação, de baixa densidade, e esse plenário votava para aumentar índices construtivos, ampliado em 10 vezes o valor de imóvel. Isso era uma vergonha, isso era recurso que não estava entrando no caixa da Prefeitura para ser aplicado em políticas públicas, para reduzir impostos do cidadão, era dinheiro que saía da Prefeitura, saía dos nossos bolsos, entrava nos bolsos das construtoras. Isso me deixa envergonhado! Ainda não pegamos nenhum, mas eu subirei a esta tribuna, caso esse tipo de prática volte a acontecer neste plenário. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, quero começar cumprimentando o Ver. Prof. Alex Fraga, que fez uma importante intervenção aqui no plenário, um dos vereadores que, quando sobe a esta tribuna, traz contribuições fundamentais para o debate sobre um projeto de cidade. Eu acho que nós, neste ano, temos um ano privilegiado para pensar o que nós queremos para Porto Alegre do futuro, nós discutiremos, Ver. Cecchim, isso incansavelmente, a partir da revisão do plano diretor. E eu confesso que é inevitável trazer também aqui para discussão do plenário que muitas vezes a cidade é disputada, disputada sobre a ótica dos interesses da especulação imobiliária de Porto Alegre, ou se nós vamos colocar no centro o desafio da construção de uma cidade que seja boa para se viver. Eu

conversava, esses dias, com Milanez, que foi, ao longo de seis gestões, presidente da Agapan, uma das entidades ambientais mais importantes do Brasil e do mundo, e ele compartilhava um pouco comigo a sua reflexão sobre a construção de cidades saudáveis. Que toda decisão que nós tomássemos sobre Porto Alegre fosse amparada na pergunta e no questionamento sobre esse tal empreendimento, sobre essa tal iniciativa: ela torna Porto Alegre, sim ou não, uma cidade melhor para se viver, uma cidade mais saudável? Entendendo uma cidade saudável enquanto um debate global sobre a cidade. E eu falo sobre isso porque, inevitavelmente, Ver.^a Cláudia, quando nós discutimos esses projetos da cidade, divergências entre nós surgem, mas nós produzimos uma emenda da bancada do PCdoB ao projeto de lei do governo Melo sobre a qual eu acho que nós podemos ter consenso – e é esse o apelo que eu faço aos vereadores e às vereadoras desta Casa. Esse é um projeto de lei, e o Ver. Tiago falava sobre isso, que propõe incentivos para empreendimentos pautados pela sustentabilidade. Agora, para a nossa bancada, é muito frágil que essa legislação seja aprovada sem que sejam estabelecidos critérios. Então quais são os critérios para a concessão desses incentivos fiscais? Dificilmente, vão chegar na periferia, como falava o Ver. Alex, porque esse é um limite do projeto de lei; mas ainda assim nos parece importante, nos parece justo que, quando o plenário da Câmara aprovar benefícios fiscais, a gente diga o que precisa ser atendido para que o empreendimento possa ser beneficiado por esse incentivo do poder público. E, justamente, ao propor a emenda, nós nos inspiramos no regramento, Ver. Cecchim e Ver.^a Cláudia, proposto pelo próprio Executivo, porque o Executivo, quando mandou essa lei aqui para a Câmara, publicou também um decreto, um decreto que regra a concessão do certificado de edificações sustentáveis na nossa cidade, e lá, na tabela – nós a numeramos aqui enquanto tabela 13 –, fala quais são esses critérios. Que os critérios sejam exatamente a preocupação do combate às ilhas de calor, que os nossos critérios sejam o manejo dos resíduos sólidos, que os nossos critérios sejam a sustentabilidade nas edificações, que os nossos critérios sejam as preocupações no combate ao efeito estufa. Por isso, colegas vereadores e vereadoras, a nossa emenda aqui apresentada, e nós retiramos a emenda anterior, é justamente uma contribuição para o estabelecimento de critérios para que qualquer incentivo fiscal que seja dado pelo município de Porto Alegre, seja amparado em um debate profundo aqui entre nós, e que não esteja vulnerável a meros decretos do Executivo que mudam de quatro em quatro anos. Então, para dar solidez, essa foi a razão por que nós protocolamos essa emenda, e pedimos, desde já, o apoio dos colegas vereadores e vereadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE n^o 022/22.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, lendo atentamente o projeto e os seus pareceres, eu trago aqui uma situação que acredito que no mínimo ela é conflitiva com esse projeto existente. Tem

aprovado, aqui nesta Casa, um projeto de lei que criou o IPTU ecológico. Esse projeto foi criado lá em 2005, 2006. O que é o IPTU ecológico? Ele dá isenção de 100% do IPTU na propriedade, desde que comprove que ele é necessário para a sustentabilidade ambiental. Ver. Pedro Ruas, não é desse projeto aqui que eu estou falando, eu estou falando do projeto que já existe, e, segundo a legislação, todo o projeto que é aprovado depois, a posterior, revoga o projeto anterior, e no parecer da CCJ não cita nada disso. Eu creio que isso tem que vir para a luz do debate, se já existe um projeto do IPTU ecológico que dá a possibilidade de até 100% de isenção, desde que ele tenha um laudo que comprove e grave aquilo como patrimônio ambiental da cidade, que são as nascentes, que são os morros, que são as florestas existentes, que são os corredores ecológicos. Este projeto aqui está dizendo que os critérios serão determinados por decreto. Mas que decreto é esse que não pode vir na lei dizendo quais são os benefícios que esse projeto poderá trazer para a sociedade? O tema da sustentabilidade é bem-vindo, mas o formato que aqui está colocado nos deixa muitas dúvidas, e eu não poderia deixar de trazer esse tema que já existe na cidade. Então existe um projeto de lei, prezados senhores e senhoras que nos ouvem, que constituiu, instituiu o IPTU ecológico da cidade de Porto Alegre. Precisa para isso ser feito um laudo, precisa para isso ser feito um estudo e comprovar, e ele tem até 100% de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano. Esse projeto que está aqui diz que os critérios para conseguir até 10% de isenção serão determinados por decreto do Poder Executivo. Bom, um decreto! Quais são os critérios, Ver.^a Mônica? Como vamos conceder ou subtrair recursos legalmente instituídos na cidade, que vêm para auxiliar na manutenção da cidade, se nós não sabemos os decretos? Somente com o título “Um projeto de sustentabilidade ambiental”. Então eu trago esses questionamentos aqui para que os colegas vereadores e vereadoras, inclusive quem deu os pareceres, nos ajudar no debate aqui sobre o projeto existente do IPTU ecológico; e se esse projeto não vai revogar o projeto do IPTU ecológico, porque todo o projeto aprovado *a posteriori*, com o mesmo tema, revoga o anterior. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Alvoni Medina (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 022/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos assiste. Um ditado antigo do Rio Grande diz assim: “Do couro sai a correia.” Ou seja, quando não há couro, não há correia. Quando nós temos a obrigação de exigir políticas públicas – e nós temos –, quando nós sabemos, por exemplo, que no Correio do Povo de ontem, diz que a cesta básica de Porto Alegre é a segunda mais cara do País – página 6; é a segunda mais cara do País.

Na FASC, em 2021, eram distribuídas 10 mil cestas básicas ao mês, a presidente era a senhora Cátia Lara. Ela dizia, saiu na imprensa – eu fui lá –, que eram necessárias 50 mil cestas básicas em Porto Alegre, em 2021; em 2023, de 10 mil, não passou para 50 mil, passou para 6. Aí eu fui saber o que houve. O que houve, Ver.^a Fernanda Barth? Falta de recursos. Falta de recursos. Mas para isentar a Fraport, uma bilionária multinacional que tem mais de 100 aeroportos e rodoviárias em todo planeta e não tem isenção de pista em lugar nenhum, a não ser em Porto Alegre, aí pode, aí pode. Para isentar aqui, pode. Então eu fico na dúvida, o Ver. Comassetto, com muita propriedade falou aqui, que essa legislação revoga a anterior.

Por outro lado, nós falávamos há pouco com a nossa assessora, Cláudia Fávoro, com a Gabi, também, assessora do PCdoB, e falávamos num tema da maior relevância, qual seja: o governo vai dizer depois, por decreto, quais serão as atividades pertinentes? Por decreto, não! Não, eu não confio nos decretos do Executivo. Não confio, eu já vi barbaridades ali. Agora, a emenda do Ver. Culau, a Emenda nº 4, diz quais são os requisitos, critérios, ela lista critérios do Executivo, não foi do PCdoB, foi do Executivo.

Então é importante que nós tenhamos uma posição bem clara aqui, o projeto pode ser aprovado – dois corações, que nem o Ver. Alex Fraga –, eu acho que pode, desde que a Emenda nº 04 seja aprovada, porque eu não posso ficar sujeito a decreto que eu não conheço, eu não posso, não é possível. Como que vou votar na Assembleia Legislativa, onde exerci com muito orgulho o primeiro mandato da história do PSOL, fui líder do PSOL, tem uma regra que qualquer pacto, qualquer aprovação de pacto tem que ser acompanhada da junção do pacto. Ora, aqui fala em decreto que não existe, Ver. Fraga. Como assim? Então, a Emenda nº 04 apresenta critérios, apresenta formas que o Executivo criou e que o Ver. Culau relacionou. Então, aprovando a Emenda nº 04, pode aprovar o projeto, mas, sem aprovar a Emenda nº 04, eu vou ficar sujeito a decretos que desconheço, que podem ser absurdos e aí não pode contar com o nosso voto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Hamilton Sossmeier, vereadoras e vereadores; Ver. Tiago, eu fiquei satisfeito ouvindo o Ver. Ruas, porque ele não segue a cartilha do Lula, ou, pelo menos, não lê os decretos do Lula, o último deles liquidando com o Marco Regulatório, atacando as pessoas que precisam de saneamento. Esse é o decreto do Lula. Então, aqui nós temos uma lei que, se ela se sobrepõe a outra – lá no interior, a gente diz o que abunda não prejudica –, então, que coisa mais boa isso, o prefeito se preocupar em manter a política ambiental. Vamos todos fazer força para manter, ao contrário do que o governo federal está fazendo, que, em nome não sei do quê, destruiu o que se vinha construindo nos últimos anos, só porque não concorda ideologicamente com quem fez a coisa certa.

Então nós temos que rediscutir ou pelo menos ler o que se está fazendo lá no Palácio do Planalto, no fim da tarde, com os companheiros. O senhor acredita que é no cafezinho, Ver. Cassiá? Parabéns, o senhor é um homem que acredita nas coisas boas. Provavelmente seja feito, sim, no cafezinho, então vamos deixar pelo cafezinho no fim da tarde. Esses decretos que prejudicam as pessoas que precisam de saneamento, os pobres, que, na hora da eleição, vão lá e pedem: “Olha, nós somos defensores dos pobres. Olha, nós estamos cuidando de vocês.” Mas esquecem da última frase, nós precisamos que vocês permaneçam na pobreza para votarem para nós. É isso que nós precisamos, que vocês permaneçam na pobreza, só assim nós continuaremos ganhando a eleição. Eu não sei qual é a fobia que se pode chamar para isso, “pobrezafobia” ou coisa assim, deve ser, alguma coisa dessas tem, porque não podem enrolar essas pobres pessoas que moram perto de arroios poluídos, pessoas que não têm esgoto ou que têm esgoto a céu aberto, sujeitas a doenças, sujeitas a tudo. Então, parabéns, prefeito Melo, que se preocupa com abundância de leis para proteger o meio ambiente, para proteger as águas, porque muitos desses que dizem defensores da água, que a água é vida, eles não cuidam da vida da água. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaria de cumprimentar os autores, especialmente os que me antecederam neste debate sobre o meio ambiente e a sustentabilidade, do desenvolvimento organizado da nossa cidade, que tem 74 quilômetros de orla, nós temos 44 morros, eu vejo aqui essa preocupação com os fios aéreos. Eu acho que toda e qualquer legislação que a Câmara poderá elaborar no sentido de contribuir com o debate em favor da sustentabilidade, do meio ambiente sadio, da qualidade de vida, ela é bem-vinda à Câmara.

Mas eu lamento, eu quero aqui fazer uma observação à fala do Ver. Alex Fraga, que, inclusive, nomina aí ex-Presidente da Casa, que teria levado projeto encomendado para ser apresentado, aprovado e apreciado na Casa. Eu quero discordar, vereador, da sua fala no sentido de acusar a construção civil de ser o maior índice de degradação do meio ambiente. Eu acho que é o contrário. Quando a gente tem construções regulares, eu acho que o maior problema nosso são as invasões, as áreas clandestinas, as áreas autoproduzidas, as áreas irregulares, nós temos que permitir que a cidade avance. Nós precisamos sim enterrar os fios, Ver. Cassiá, acho oportuno, importante; nós precisamos sim ter legislações inteligentes a respeito de telhados verdes, paredes verdes, IPTU verde. Inclusive, tramita nesta Casa um projeto de lei de minha autoria intitulado IPTU verde e outras experiências que tivemos aqui, como traz o Ver. Comassetto, a respeito do IPTU Sustentável, e outras iniciativas que possam vir a somar em favor do ambiente natural. Agora, acusar a construção civil de ser responsável... Hoje a construção civil responde por 18% do PIB brasileiro, gerando emprego e renda, trazendo várias

situações de irregularidade e clandestinidade para o mundo real. Contribuí para a cidade em termos de organização, trazendo as pessoas da irregularidade para o direito à moradia, o direito à casa própria, o direito a matrículas, à regularização das áreas. A construção civil é o que permite que as pessoas tenham a sua casa própria. Acho que nós temos que cuidar para não confundir as estações, somos todos a favor do princípio de sustentabilidade, gerando emprego e renda sem prejudicar as futuras gerações e a sustentabilidade da cidade. Temos que cuidar com a leviandade dos termos que são proferidos da tribuna e com as acusações infundadas. Também não dão nome às pessoas, levantando suspeitas a respeito dos parlamentares, da conduta dos parlamentares. Eu acho que a cidade, ela vem num crescente, ela vem se organizando, nós evoluímos bastante na última revisão do Plano Diretor, em 2010, na lei dos bairros e tantas outras orientações que foram sedimentadas por legislação a respeito da ocupação do espaço urbano. Então, de maneira respeitosa, faço aqui essa consideração, eu acho todo e qualquer projeto de lei que diga respeito ao ambiente natural deve ser considerado como algo relevante, mas não de maneira leviana estar acusando os colegas de manipular esse ou aquele projeto de lei em favor dessa ou daquela construtora. Precisamos organizar a cidade, procurar dialogar com o futuro da cidade, procurar enfrentar o déficit habitacional, hoje muitas pessoas vivem em situação irregular, clandestinamente, em invasões na cidade, e não é simplesmente acusando a construção civil que nós vamos chegar a bom termo. Então quero me manifestar a favor desse projeto de lei, que é um projeto bem interessante e importante, que traz elementos para o debate no que diz respeito à construção de uma cidade mais verde, ambientalmente mais aconchegante para os seus habitantes e que prima pela qualidade de vida. Vamos trabalhar nesse sentido, bons projetos em favor da cidade têm o nosso apoio e vamos ter cuidado com as considerações quando se nomina colegas vereadores a respeito das suas intenções, muitas vezes as mais benéficas para a cidade possíveis. Tivemos belas experiências na cidade, como foi o a experiência do Pontal, onde a cidade votou, nós tivemos um plebiscito para decidir e agora recebemos aqui os convites para inauguração daquele belo espaço coletivo, que qualificou aquela ponta antes ocupada por ratazanas, por muitos anos sem receber público, e agora tornou-se uma bela área que passa a ser ocupada pela cidade, que também foi construída através de legislações nesta Casa. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, mais uma vez nós vemos aqui a inversão de prioridades. Hoje era para a gente estar votando de fato o acolhimento à demanda da sociedade, que é habitação de interesse social. Há um déficit de 77 mil moradias em Porto Alegre, mas não é isso. O governo quer dar aqui mais um pequeno incentivo. Se tu olhas o projeto, tu até achas: “Olha, que legal, eles são a favor da sustentabilidade, lá da secretaria do Germano Bremm, não,

Germano Bremm é o cara que pensa para o futuro.” Aí tu vens aqui ao lado, no Parque Farroupilha, e tu vês o maquinário devastando as árvores. Aí tem um projeto aqui que diz: sustentabilidade, incentivo de 10%... Tira de um lado para botar no outro, não tem proposição para os mais sofridos – não tem! E o pior de tudo, que é o que eu acho extremamente nebuloso: carta branca a quaisquer prefeitos, eles que vão decidir via decreto – isso é o esvaziamento da Câmara de Vereadores. Eu pergunto a vocês, vereadores e vereadoras: é para isso que vocês foram eleitos aqui, para votar e abrir mão de legislar, deixando que os prefeitos decidam via decreto? Isso é uma excrescência. Isso é uma vergonha para o Parlamento! O que deixaremos para o futuro, abrindo espaço para que prefeitos governem via decreto? Balcão de negócio – é isso que o Melo está fazendo. Aí ele aprova aqui e lá ele tem espaço para quem aqui? “Chega aqui, vamos conversar, eu posso te dar um incentivo” – não pode ser assim a política. A política tem que ter regramento, direitos iguais. Nós temos que ver aqui, na lei, estabelecer os critérios. Por isso que o PT não tem como votar nesse projeto, se não for aprovada a Emenda nº 04. Absolutamente, nós não vamos dar carta branca para prefeito nenhum! Os prefeitos tem que respeitar a legislação que tem que ser estabelecida pela Câmara de Vereadores, que é o espaço maior da cidade. Aqui está toda a diversidade, e não apenas um prefeito. Aqui está o colegiado de Porto Alegre, dos partidos, das federações e da legislação, que tem que ser duradoura, senão, de três em três anos, vai ali renova ou não renova, se o prefeito não gostar da cara do dono do imóvel, ele decide que não vai dar mais os 10%. Pelo amor de Deus! Tem que ter muita, muita falta de vergonha para vir aqui defender do jeito que estão defendendo esse projeto.

Mas eu quero responder aqui ao Ver. Cecchim. Eu esperava tudo do Ver. Cecchim, líder do governo, menos que ele viesse aqui selecionar algumas informações, ele veio aqui e disse: “O Lula está contra o povo, o Lula pegou o marco regulatório que ajudava...” O marco regulatório ajuda as empresas privadas! Será que o Ver. Cecchim não é mais vereador de Porto Alegre? Será que ele agora é o vereador do alto empresariado da especulação do saneamento básico no Brasil? Olha, Ver. Cecchim, o senhor está indo mal nesse caminho de atacar o Lula. Então, o senhor peça para a Simone Tebet sair do ministério, que foi a sua candidata a Presidente; o MDB está lá. Eu não entendo como o MDB daqui vem aqui e fala no microfone se está lá cheio de cargos de confiança. E a ministra, até digo, está indo bem. Digo que a Simone Tebet está indo bem, e é MDB! Ou o senhor está no partido MDB por quê? Eu acho que o senhor não é um aventureiro no MDB! O senhor tem que rezar na cartilha do MDB e não vir aqui falar uma coisa, quando os seus deputados, em Brasília, fazem outra. Então, o senhor parar de falar um pouquinho do Lula, deixa o Lula trabalhar, deixa o Lula trabalhar, deixa ele construir. Sabem para o que é o marco regulatório? A suspensão do marco regulatório é para não transformar saneamento em dinheiro. Saneamento tem que ser direito, e o Estado tem que trabalhar. Então, eu vou ser parceiro seu se a gente for a Brasília dizer que o Estado tem que participar, o Estado tem que fazer o seu dever; agora, não largar para a iniciativa privada. Vocês acham que o empresário vai fazer saneamento sem ter lucro?

Ele vai cobrar! E na periferia, se não pagar, fica sem água! Eu não quero que o povo trabalhador fique sem água!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCE nº 022/22.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadoras e vereadores, eu só queria trazer uma explicação para o Ver. Comassetto, que veio a esta tribuna, acho que há algumas dúvidas e eu queria esclarecer. Com relação ao IPTU ecológico e o IPTU sustentável, quero dizer que são coisas diferentes, completamente diferentes. O IPTU ecológico é uma isenção tributária prevista no art. 70, [da Lei Complementar nº 07/73](#), onde o proprietário apresenta um requerimento comprovando que vai manter, dentro da área dele, uma área de preservação ambiental e posterior à averbação da matrícula, comprovado o laudo técnico – isto é uma isenção. Hoje nós estamos aqui discutindo sobre o IPTU sustentável, que cria uma redução de até 10% quando o proprietário executa políticas de sustentabilidade para edificações que se adequem às regras estipuladas pelos selos de sustentabilidade, no art. 82 – isto é um incentivo, isto é uma redução. Ou seja, um não exclui o outro. E o ecológico não será revogado pelo Município. Quem tem área de preservação permanecerá podendo solicitar ao Município a isenção do IPTU ecológico. Então é uma forma de esclarecimento para o Ver. Comassetto, que acho que ficou na dúvida, uma coisa não tem nada a ver com a outra, o que ele veio falar aqui é referente ao IPTU ecológico. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Alvoni Medina, ao PLCE nº 022/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 022/22.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo e da Ver.^a Biga Pereira, ao PLCE nº 022/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 04 ao PLCE nº 022/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h51min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h54min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Giovani Culau E Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLCE nº 022/22, para evitar a prejudicialidade da Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth e do Ver. Cassiá Carpes, e que seja analisada a nova Emenda nº 05 ao PLCE nº 022/22, que protocolamos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda de nº 05, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo e da Ver.^a Biga Pereira, ao PLCE nº 022/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 022/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o PLCE nº 022/22. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, Hamilton, olha vim aqui dizer que eu não aguento ouvir falácias, ouvir mentiras, ouvir gente tentando distorcer as coisas aqui, Ver. Idenir Cecchim, que acaba ficando feio, até para quem está nos ouvindo fora, e acaba que aquelas mentiras, que são mastigadas, mastigadas, virando verdades para aquele pessoal da oposição. Primeiro, é bom a gente dizer – é bom estudar legislação – que os critérios que vão ser destinados a quem vai ter a redução do IPTU verde dizem respeito, única e exclusivamente, ao Executivo, não faz parte da legislação. Isso é regulamentação, e quem regulamenta é o Executivo. Ponto! Isso é cláusula pétrea, é básico.

Segundo, eu estava guardando realmente algum vereador subir a essa tribuna e falar aquilo que eu estava sentindo falta, um vereador da oposição dizer que este é um projeto que beneficia pessoas ricas, que não beneficia pessoas com menor potencial aquisitivo. Gente, vamos falar sério; o líder do governo falou tudo de bom aqui: se não tivermos mais pobres, acaba o PT, acaba o PSOL, acaba o PCdoB, não tem mais motivo de existirem, porque eles querem as pessoas cada vez mais pobres, Ver. Freitas. É um absurdo isso! Ou seja, quando nós falamos que aquelas pessoas que têm um maior poder aquisitivo podem construir telhados verdes, captação de água, melhorando, dessa forma, o todo, a sustentabilidade, o meio ambiente, vem vereador de esquerda aqui falar que isso é para gente que tem dinheiro. Gente, fala sério, que hipocrisia! Aliás, tem vereador aqui

que mora em mansão e nem IPTU paga. Depois, procurem. Ai, ai, ai. Depois, procurem. O Ver. Bosco está dizendo que é verdade. Vamos lá: tem vereador que quer que propriedade privada não seja mais privada, seja do todo. Fala sério, gente! Normalmente, o pessoal da oposição te acusa daquilo que eles fazem. Essa é a prática, é praxe, te acusam daquilo que eles fazem. Ora, dizer que o Executivo está querendo ganhar alguma coisa para si, olha, deixa eu dizer para o pessoal: não estamos falando em Executivo nacional, estamos falando em Executivo municipal, Porto Alegre, não é Brasília.

A última coisa, dizer para os vereadores que não entendem que IPTU ecológico é uma coisa, IPTU verde é outra: vamos estudar para não ficar feio e não rodar no exame depois, são duas coisas distintas, mas eu não vou vir aqui ensinar vereador que deve estar papirando, tem assessor bem qualificado para ler, para ensinar o vereador a não subir aqui e falar bobagem. Esse projeto do Executivo diz respeito à minha pauta, à pauta da Fernanda Barth, do Moisés, do Tiago, do Gilson, do Bobadra, do Cassiá, da Mônica, que é sustentabilidade, que é meio ambiente, é melhorar a cidade para todos, sem olhar a quem; até porque, daqui a pouco, eu vou pensar que a oposição está achando feio quem trabalha e ganha dinheiro. Muito obrigada, é “sim” ao projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 022/22.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, para não abusar da paciência dos meus nobres colegas, encaminho diretamente aqui do microfone de aparte para reforçar a Emenda nº 04, que nós havíamos protocolado, nós retiramos para evitar a prejudicialidade com a Emenda nº 02, então submetemos aqui para apreciação da Casa a Emenda nº 05, que propõe que esta Câmara, no seu plenário soberano, como muitas vezes é levantado no debate, possa contribuir com a cidade, consolidando critérios para a concessão de isenção que hoje nós estamos discutindo. E esses critérios para a concessão da isenção são inspirados, como disse anteriormente, em decreto anterior, publicado pelo próprio Executivo municipal. Então, aproveitando a inteligência técnica do Executivo, apresentamos essa emenda que, na nossa opinião, é o que garante as condições para a votação do projeto de lei. É isso. Muito obrigado, Presidente e colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 022/22.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vou copiar o Ver. Culau, o projeto, reclamavam que esse decreto não tinha lei, e o PCdoB, a bancada e o Ver. Culau, resolveram, com inteligência, não ter muito trabalho e copiaram aquilo que o prefeito já tinha feito. Então, agora, só para esclarecer, se não tinha lei para aquele decreto, agora

terá uma lei para um decreto mais evoluído. Como a vida é. A vida evolui, e esse decreto será feito após a lei. Então, decreto terá a lei, ou a lei terá um decreto simplesmente para regulamentar. Isso quer dizer: votaremos “não” nesta emenda também.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 05 ao PLCE nº 022/22. (Pausa) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Pedro Ruas, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, o PLCE nº 022/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 066/23 – (Proc. nº 0274/23 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 10 de abril destinado a homenagear a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre (APAE Porto Alegre). (**SEI 158.00063/2023-02**) (*ad referendum*)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 066/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Mauro Pinheiro (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, conversei com alguns vereadores eleitos, e talvez não tenha conseguido conversar com todos, nós propomos uma Moção de Apoio à Defensoria Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Casa, ontem nós tivemos uma reunião com a Defensoria Pública. Então nós propomos uma moção, e hoje na reunião de líderes nós não participamos da reunião por questões particulares, e o pessoal entendeu que, como não tinha 48 horas, não poderia ser votada hoje, só que nós estamos explicando que, se essa moção não for votada hoje, ela perde o seu caráter de apoio à Defensoria Pública, e é sobre a falta de vagas nas escolas, de um acordo que tem da Prefeitura com a Defensoria Pública, para não precisar entrar na justiça e ela faz um acordo direto com a Prefeitura. Como essa reunião vai acontecer na segunda-feira, requeiro para que seja incluído na priorização de votação de hoje o Requerimento nº 070/23 e que o votemos imediatamente. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 070/23 – (Proc. nº 0292/23 – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à formalização de novo termo aditivo ampliando número de vagas ofertadas na educação, em acordo proposto pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul”. (SEI 234.00088/2023-01)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 070/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Só queria aqui agradecer a compreensão, como professor, de todas as bancadas, dos vereadores e das vereadoras, porque, quando a Defensoria Pública entra na justiça contra prefeituras, contra órgãos públicos, as prefeituras não só perdem, mas também pagam multas. Então esse incentivo nosso de Câmara de Vereadores para que o governo encontre um acordo com a Defensoria Pública é inclusive para economizar o dinheiro, para transformar o dinheiro em vagas e não, em dinheiro para o fundo da Defensoria, mas para realmente um direito à educação. Então eu fico muito feliz aqui pela compreensão dos colegas para a gente, pela via do diálogo, economizar o dinheiro e que ele vire matrícula na educação infantil.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, preciso, particularmente, também agradecer porque fui o proponente na Comissão de Educação para que esse fosse o encaminhamento da Comissão de Educação da Casa. Então quero agradecer o aceite do Ver. Mauro, do Ver. Giovane Byl, do Ver. Gilson Padeiro, do Ver. Jonas Reis, assim como do conjunto das lideranças que aceitaram que a moção fosse apreciada no dia de hoje. Eu acho que ganha Porto Alegre com esse instrumento que está ao lado da luta em defesa da educação infantil de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O diálogo sempre vence.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação dos Requerimentos nºs 059/23 e 046/23. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 059/23 – (Proc. nº 0236/23 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à aprovação do PLC 04/2023, de autoria do deputado estadual Leonel Radde (PT), que estende a aposentadoria especial aos policiais civis, policiais militares, agentes penitenciários, bombeiros militares e agentes socioeducativos que ingressaram nas referidas carreiras até a data da entrada em vigor da Lei Complementar nº 15.453, de 17 de fevereiro de 2022”. **(SEI 021.00081/2023-21)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitado pelo Ver. Tiago Albrecht, o [Requerimento nº 059/23](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos passar à votação do Requerimento nº 067/23, que é a moção de solidariedade à comunidade que sofreu o ataque em Blumenau, em solidariedade à comunidade que perdeu quatro crianças na escola Bom Pastor, respeitando os requerimentos aprovados anteriormente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 046/23 – (Proc. nº 0172/23 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à luta das trabalhadoras e trabalhadores do Hospital de Clínicas em defesa do reajuste do Vale-Alimentação e do pagamento da Remuneração Variável (RVA) para todas e todos, não somente para diretoria da instituição”. **(SEI 021.00057/2023-92)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação [Requerimento nº 046/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 067/23 – (Proc. nº 0277/23 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “à comunidade da instituição de educação infantil Cantinho Bom Pastor localizada no bairro Velha, na cidade de Blumenau (SC), que sofreu com um ataque que acarretou na morte de quatro crianças e deixou outras quatro crianças feridas”. (SEI 210.00265/2023-64)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação [Requerimento nº 067/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Quero agradecer aqui, Presidente, a todas as vereadoras e vereadores, que é uma causa do povo brasileiro. Nós precisamos que as escolas se transformem em território da paz, cada vez mais, formando cidadania. Tudo isso que se chama violência, cultura de ódio precisa ser tirado dos espaços de convívio. Nós temos que ter a escola um espaço de ser, estar em sociedade. E realmente, quando alguém mal-intencionado ingressa numa escola, violenta toda a sociedade, porque, quando a gente vê crianças tombando, que foi o caso de Blumenau, quatro crianças pequenas morreram. Na verdade, é um pedaço do nosso futuro. Poderiam ser grandes lideranças, poderiam ser trabalhadores, pessoas que criariam novidades para a sociedade novidades e hoje já não têm mais o direito à vida. Então, esta nossa moção, aprovada de forma unânime na Câmara, é, na verdade, um recado a todos aqueles que não aceitam o respeito à vida: esta Câmara quer paz, precisa de paz na sociedade. Nossa total solidariedade à comunidade de Blumenau pelas perdas e pela violência que ocorreu na Escola Bom Pastor.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, Ver. Jonas. Parabéns pela moção aprovada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos fazer um registro de parte das vereadoras Tanise Sabino e Mari Pimentel, que manifestaram a intenção de votar favoravelmente ao PLL nº 066/23, que concedeu o título de cidadã de Porto Alegre à Sra. Valéria Leopoldino.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0847/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 020/22, que cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMMU), altera o *caput* e o § 3º do art. 1º, o art. 2º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997, e o art. 7º da Lei nº 740, de 16 de maio de 2014, revoga a Lei Complementar nº 318, de 28 de março de 1994, a Lei Complementar nº 418, de 16 de junho de 1998, o inc. III do art. 7º e o art. 28 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, o § 5º do art. 39 da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014 e os arts. 8º, 9º e 10 da Lei nº 740, de 16 de maio de 2014. (SEI 118.00517/2022-96)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Conselheiro Marcelo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Mônica Leal: pela aprovação do Projeto; Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Ramiro Rosário;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-04-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE nº 020/22](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, nós precisamos alertar a sociedade porto-alegrense sobre o que está acontecendo. Claro que o morador da cidade, o trabalhador que até não mora aqui, mas usa o transporte, sabe do desastre que tem sido a gestão Melo para, principalmente, o transporte por ônibus. Aí o prefeito, em vez de fortalecer o poder popular, o voto do povo, as instituições democráticas representativas da sociedade civil, ele propõe aqui o enfraquecimento total do conselho que trata do transporte urbano. E eu digo para vocês por quê: porque ele tem ojeriza ao debate, ojeriza ao diálogo. E agora ele quer colocar empresas para mandar na discussão sobre a passagem, ele até deu entrevista, este mesmo prefeito que vai nos bairros populares, encanta com seu linguajar, mas lá por trás ele está, o seu governo, apunhalando a sociedade, quando tira instituições do conselho e coloca os megaempresários para mandar no valor da passagem. Tira o poder deliberativo! Se já era pouco, enfraquece mais ainda, porque é um prefeito que não gosta da democracia, do

diálogo. A este prefeito não interessa a ampla representatividade, a ele interessa que os donos do poder mandem e desmandem no sistema, que está ruim, está ruim, está péssimo. Os empresários do transporte que estão comandando a EPTC – a EPTC do Melo não consegue mais, perdeu as rédeas do sistema! A reivindicação da população muitas vezes é: “Mais ônibus, mais horários”, e os empresários seguram a lucratividade, tem que ampliar! E o trabalhador andar feito sardinha! Vocês acreditem, eu estou sendo aqui porta-voz dos usuários do transporte, milhares e milhares de pessoas diariamente, sabem por quê? As pessoas estão reclamando, elas estão dizendo ao prefeito: “Piorou do Marchezan para cá!” Sabem o que é isso? Piorar o transporte quando deveria melhorar? O prefeito não se dá conta que as pessoas deixam de usar o ônibus porque está precário. E aí ele enfraquece o poder da população na discussão da passagem. Aumentar a passagem agora? Ele disse que ia tirar os cobradores para não aumentar, porque daí terminaria com o cargo de cobrador e nós iríamos ter a passagem barata. Ele veio aqui, falou nessa tribuna, foi fanfarrão. O governo foi demagógico, vendeu ilusões, vendeu uma maldita ilusão ao povo dizendo que, demitindo mais de três mil cobradores, a passagem fantasticamente ficaria congelada. Olha só, seria quase o messias, um milagreiro. O prefeito do milagre! Não, ele rezou a cartilha dos empresários. Ele quer agora um conselho ajoelhado à ATP. A ATP, que já foi denunciada várias vezes no Ministério Público de Contas! Vocês acreditam que a ATP apresentou notas fiscais de paletó, de festas, para contar no cálculo da tarifa? Vocês acreditam nisso? Cidadão, você que está aí, que paga caro a passagem, porque está caro, mas ele quer deixar mais caro, pode chegar a R\$ 6,00 ele falou. Vocês acreditam? Porto Alegre é o lugar da cesta básica mais cara do Brasil, e o prefeito quer botar a passagem mais cara do Brasil. Hoje já é a segunda passagem mais cara. Prefeito, se o senhor tem respeito pelo povo desta cidade, através do seu líder, retire imediatamente esse projeto de tramitação. Mantenha o Conselho de Transporte como está. Até poderia fortalecer mais, trazendo o povo para a discussão. Eu não vi esse prefeito ir nas paradas de ônibus conversar com as pessoas, nos terminais, ele não fala. Eu vi um vídeo dele lá na Hípica, uma moradora, esculachando-o, disse que faz 20 anos que não melhora; e ele disse: “Ah, mas não é eu...” Como não é ele? Ficou doze anos de vereador e não fez nada, foi vice-prefeito por 4 anos, e aí agora faz dois anos e pouco que é prefeito. A moradora falou para ele, e ele só tergiversações, saiu de ladinho, foi tirar foto em outro canto, porque ali não estava legal a fotografia, a imagem.

Então, prefeito, por favor, ouça a cidadania. Antes de o senhor mexer, vá nas paradas de ônibus, converse com quem está andando feito sardinha em lata. Respeite o trabalhador um pouquinho, pelo menos no transporte.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Sr. Presidente, só para justificar, eu não consegui votar o projeto do título da Dona Valéria, então eu queria declarar a intenção de votar “sim”. Eu estava em uma reunião na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e não consegui escutar no momento, por isso não votei, mas teria votado a favor, sim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Duas colocações, Presidente, por favor. Primeiro, para não ocupar a tribuna, porque já estamos com o quórum reduzido, só para dizer para o Ver. Jonas que eu gostaria de vê-lo fazer essas provocações para o prefeito, cara a cara. Só isso.

E, Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Sr. Presidente, enquanto estamos vendo o quórum, eu gostaria de lembrar os vereadores que hoje, a partir das 19h30min, aqui no Plenário Otávio Rocha, teremos uma palestra muito importante a respeito de concessão de saneamento, com Bernardo Santoro, que foi o responsável por fazer toda concessão do saneamento básico do Rio de Janeiro, algo que deu muito certo e algo que todos nós poderemos debater. Lembrando os colegas vereadores, da importância da presença para dirimir dúvidas, para que a gente faça perguntas e que, num período pequeno e médio, a gente possa, de repente, discutir a respeito do DMAE.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Eu gostaria de registrar também que amanhã, a partir das 9h30min, no Plenário Ana Terra, teremos o Seminário da Logística Reversa. Convido os vereadores para participarem, nós vamos falar sobre os eletroeletrônicos, embalagens e medicamentos. Todos os vereadores convidados. Vai das 9h30min às 17h. Muito obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Querido Presidente, eu queria aqui aceitar o desafio do líder do governo, Cecchim, de debater com o prefeito. Ele não nos recebe para debater. Convido. Vamos numa rádio, televisão, qualquer lugar, ele escolhe o tema e nós vamos debater, porque da última vez em que o prefeito esteve aqui na tribuna ele não nos ouviu; ele veio, falou 15 minutos e foi embora, fugido. Isso não pode acontecer, mas nós estamos aqui, a Câmara está aberta ao prefeito, segundas-feiras e quartas-feiras, se quiser vir, estamos juntos.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Apenas para lembrar que amanhã começa o Fórum da Liberdade. Todos os vereadores foram convidados. Amanhã e sexta-feira teremos o Fórum da Liberdade, e no painel de abertura, amanhã, haverá dois governadores de estado, o nosso governador Eduardo Leite, bem como também o governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Então, lembrando a todos os nobres colegas, vereadores e vereadoras, todos os caminhos levam à PUC, ao nosso Fórum da Liberdade. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h41min.)

* * * * *